



Fortalecimento do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR

Os movimentos sociais e sindicais vêm por meio deste, trazer preocupações com o andamento do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e ao mesmo tempo, trazer proposta com o objetivo de solucionar problemas que dificultam o acesso de uma enorme parcela presente no meio rural brasileiro.

O PNHR é uma conquista da luta dos movimentos sociais que se tornou realidade a partir de 2009. Reconhecemos os avanços, bem como sabemos a distância entre o que é possível e o que é ideal no âmbito das ações do governo e temos entendimento do processo de construção do Projeto Político de Nação que está em curso.

Temos apontado a necessidade urgente de rever normas e regras que pautem o acesso ao PNHR, pois o mesmo exclui a grande maioria dos beneficiários da Reforma Agrária – parte expressiva dos Assentamentos Rurais - e a totalidade dos beneficiários do Crédito Fundiário.

A preservação deste Programa passa pelo diálogo estabelecido no interior do GT Rural com todos os sujeitos envolvidos: Governo, Agentes Financeiros e Entidades Organizadoras dos movimentos representativos do campo, e é confiando nesse diálogo que repudiamos o que foi evidenciado pelo INCRA na última reunião do GT Rural, no dia 28 de novembro, onde foi explicitado a intenção de repassar (a partir de janeiro de 2014), mediante Chamada Pública, a possibilidade de entidades públicas e privadas executarem o PNHR.

Isto, com certeza, será um prejuízo enorme considerando que muitos oportunistas sem compromisso algum, estão só esperando um momento com este.

Diante disso, socializamos nossa perspectiva de que o PNHR se constitua enquanto uma política Permanente que ao dialogar com os sujeitos do campo, além de equacionar o déficit habitacional, promova o fortalecimento da identidade, da cultura dos povos do campo e incentive a permanência da juventude no meio rural. De acordo com o INCRA, em 2003 existiam no Brasil 1.172.980 imóveis de “posse” (27,3% do total de imóveis rurais do Brasil), os quais perfaziam 66.285.346,8 ha (15,8% da área total dos imóveis rurais brasileiros). A solução deste problema é a regularização fundiária no Brasil, no entanto, isso poderá ser um processo lento e até lá, essas famílias não podem continuar sendo excluídas do PNHR, já que as soluções apresentadas até o momento não solucionarão o problema.



Considerando essa realidade queremos propor:

- Liberação de recursos para novas contratações de imediato, a meta é de 200 mil casas em 2014 e 200 mil em 2015;
- Reajuste no Projeto Técnico: de R\$ 600,00 para R\$ 2.000,00 (Dois Mil reais), por beneficiário para atualizar os valores destinados ao técnico de engenharia;
- Reajuste no Projeto Técnico Social: de R\$ 400,00 para R\$ 1.500,00 (Hum Mil e Quinhentos Reais), por beneficiário visto que todas as despesas com os beneficiários entram no Projeto Social;
- Aumento do valor por unidade habitacional G1 para R\$ 49 mil na região norte e R\$ 45 mil nas demais regiões;
- Ampliação do subsídio do G2 de R\$ 7 para 12 mil por unidade habitacional e diminuição da taxa de juros, aplicando as mesmas condições do PRONAF Investimento (2% ao ano);
- Aumento do valor do financiamento do G2 de R\$ 30.000 até R\$ 50.000,00, com prazo de pagamento aumentando de 10 para 15 anos;
- Aumento do valor de financiamento do G3 até R\$ 90.000,00, com juros de 2% a.a. com prazo de 15 anos para pagamento;
- Alteração do limite de renda da agricultura familiar, para enquadramento no programa, nas seguintes condições:
 - a) G1 – até 25mil;
 - b) G2 – 25 até 50 mil; e
 - c) G3 – 50 até 100 mil;
- Permissão para que beneficiários contemplados em programas habitacionais anteriores ao PNHR (CADMUT) possam ser atendidos, seja para reforma ou para construção (*para as Unidades Habitacionais que não apresentam condições de reforma conforme parecer técnico, as famílias devem ser contempladas com uma nova CASA*). Isso deverá ocorrer considerando que os programas anteriores não atenderam às reais necessidades das famílias;
- Parecer do INCRA sobre situação dos AGREGADOS filhos dos assentados (as): criação de critérios considerando que temos realidades diferentes, e que cada caso



pode ser contemplado de acordo com a realidade local, vale salientar que a nossa defesa sempre será a luta por uma Reforma Agrária ampla e massiva onde os jovens possam ter seu pedaço de chão;

- Garantia de acesso ao PNHR às famílias beneficiárias do Crédito Fundiário;
- As questões normativas que incluem os posseiros e dos assalariados (as) rurais ao PNHR devem ser resolvidas de forma definitiva, pois estamos falando de um público significativo que chega a mais de 2,5 milhões de famílias que hoje estão fora do Programa;
- O INCRA Nacional deve fazer o levantamento das entidades que já procuraram as superintendências estaduais até o momento e se disponibilizam ao acompanhamento na construção das Unidades Habitacionais, como também que seja apresentado ao GT Rural do PNHR o número de assentamentos por estado que não tem acompanhamento nenhum no que se refere à habitação;
- Propomos que as demandas apresentadas neste documento sejam contempladas no PAC 3, pois sem essas questões resolvidas não temos como operacionalizar o Programa, restando apenas o repasse de uma importante política pública para a mercantilização desenfreada onde custará caro mais um vez para o trabalhadores e trabalhadoras do nosso País;
- Reivindicamos a criação de um CONSELHO NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL nos moldes dos demais conselhos, até mesmo do Conselho Nacional das Cidades.

Assinam as Entidades abaixo:

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG

Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Movimento Camponês Popular – MCP

Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil – FETRAF-BRASIL